

Economia em coma

RAY ONYEGU¹

SHOLA AKINBODE

BASIL UGOCHUKWU

JOSEPHINE CHUKWUMA



Apesar das boas intenções em metas e políticas, a economia está em situação crítica, numa conjugação de diferentes fatores, tais como depreciação da naira², enormes cortes orçamentários, sobrecarga da dívida, desemprego alto, contração dos investimentos, especulação bancária e ausência de transparência.

A Nigéria é o sexto maior produtor de petróleo do mundo. O preço do petróleo cru, esteio da economia nigeriana e responsável por mais de 90% da receita anual, entrou em colapso. A proposta orçamentária para 2002 é 30% inferior ao orçamento de 2001. A sobrecarga da dívida externa piora os problemas.

Existe discordância sobre o tamanho real da dívida entre as autoridades do governo nigeriano e as principais instituições financeiras internacionais, incluindo FMI, Banco Mundial e Clube de Paris. O presidente Olusegun Obasanjo afirma que a dívida externa da Nigéria é de US\$ 22 bilhões. Entretanto, de acordo com os livros contábeis do vice-presidente e do ministro da Fazenda, o país deve a credores estrangeiros US\$ 28 bilhões. O FMI, através de seu diretor de Assuntos Africanos, G. E. Gondwe, insiste em que a Nigéria deve US\$ 32 bilhões. Nesse meio tempo, a Nigéria já pagou US\$ 17 bilhões e gastou, no ano de 2001, US\$ 1,3 bilhão somente no serviço da dívida.

Um aspecto terrível das dívidas externas são os juros e as multas a elas vinculadas. As penalidades aumentam se os juros vencem e não são pagos. Quando isso ocorre, os pagamentos subsequentes são utilizados para pagar a multa, enquanto os juros continuam sem pagamento. O mecanismo assegura que um país devedor do Terceiro Mundo jamais consiga pagar todas as suas dívidas. A economia nacional é afetada e sua população permanece vítima das maquinacões do Banco Mundial, FMI e Clube de Paris. Enquanto isso, não há fundos disponíveis para o desenvolvimento na Nigéria.

Os orçamentos nacionais dos últimos dez anos fixaram certas metas e políticas comuns, tais como:

- reduzir a pobreza através do fomento às oportunidades de geração de emprego;
- alcançar um alto crescimento econômico, através de uma maior mobilização e uso prudente dos recursos econômicos;
- construir uma economia forte, estimulando a participação do setor privado;
- assegurar uma boa governança, transformando a administração do desenvolvimento em um sistema orientado para serviços e resultados.

Embora as metas não possam ser criticadas, os meios para alcançá-las – as alocações orçamentárias – mostram um quadro bem diferente. As boas intenções não foram acompanhadas de ações. A economia nigeriana permaneceu em estado de coma durante o período analisado. O valor da moeda nacional, a naira, vem declinando. Quando, em 1999, o presidente Olusegun Obasanjo assumiu o poder, pela taxa de câmbio oficial, US\$ 1 equivalia a 85 nairas. Dois anos depois, em 2001, a naira sofreu tal depreciação que US\$ 1 americano passou a valer 114,50 nairas no mercado oficial, e 138, no mercado paralelo.³

Atualmente, a economia se caracteriza por uma inflação modesta, taxas de juros altas, baixa utilização da capacidade produtiva e desemprego altíssimo. O setor precisa de políticas expansionistas para estimular o crescimento econômico e gerar novos empregos. Porém, o orçamento de 2002 propõe um pesado corte de 38% nas despesas de capital, em relação a 2001. Além disso, destina nada menos que 49,6 bilhões de nairas para um exército que não está em guerra, 28,4 bilhões para a Presidência e 10 bilhões para o Projeto da Carteira de Identidade Nacional – todos setores improdutivos.

¹ Ray Onyegu trabalha para a Shelter Rights Initiative e é coordenador do *Social Watch* da Nigéria; Basil Ugochukwu é do Legal Defence Centre; Shola Akinbode é do Legal Research and Resource Development Centre; e Josephine Chukwuma representa o Project Alert for Women's Rights.

² Moeda nacional da Nigéria.

³ Quando este relatório estava sendo elaborado, pela taxa de câmbio oficial, US\$ 1 equivalia a 114 nairas.

Portanto, ficam os seguintes questionamentos: quanto de investimento real está previsto no orçamento da Nigéria? Quais serão as fontes de crescimento econômico? De onde virão os novos empregos?

Analisemos essa questão de outro ângulo. Com despesas de capital de 414 bilhões de nairas em 2001, a economia nem chegou perto da meta de crescimento de 5%. Com uma contração de 38% no orçamento de 2002, esperar que aquela meta seja alcançada seria, no mínimo, uma expectativa fora da realidade.

Embora tenham sido orçados 414 bilhões de nairas para gastos de capital em 2001, vale realçar que só a alocação do primeiro trimestre foi realmente desembolsada. No segundo trimestre, foi registrado um desembolso de somente 50%. Em 2002, as despesas de capital foram cortadas drasticamente. Isso denota o temor de que as despesas de capital gerem inflação.

Aparentemente, o governo teria escolhido sacrificar a expansão da economia e do emprego para controlar a inflação. É uma visão estreita, pois muitos dos gastos improdutivos foram destinados para despesas com Pessoal, Defesa, Presidência e para o Projeto da Carteira de Identidade Nacional. Quer dizer, a perspectiva de inflação descontrolada surge agora com mais evidência.

Sem transparência

O maior problema no processo orçamentário nigeriano é seu gerenciamento. Surpreendentemente, o ministro da Fazenda informou a membros da Assembléia Nacional que havia desembolsado 80% dos fundos alocados e, poucos minutos depois, afirmou para correspondentes da imprensa perante a mesma Assembléia que havia desembolsado somente 58%.

Da mesma maneira, os dados que o ministro divulgou como sendo os desembolsos para os ministérios apresentavam diferenças substanciais em relação àqueles que os ministérios reconheciam haver recebido. Além disso, os registros da Assembléia Nacional mostravam que as alocações para o Ministério de Obras e Habitação seriam de 94 bilhões de nairas, enquanto os registros do ministro indicavam 74 bilhões.

Assim, se as cifras de alocação do orçamento ordinário são postas em dúvida, o que dizer sobre as receitas? É realmente possível, nesse clima de incertezas, saber exatamente quanto arrecada o governo? Este é o ponto crítico do problema: ausência de transparência. A confusão aparente abre espaço para a má aplicação ou malversação de recursos.

Por que o Executivo não dá nenhuma atenção aos projetos de lei de apropriação de recursos? Depois que a Assembléia Nacional passa por todo o ritual de debater e aprovar a lei orçamentária, o Executivo a ignora e implementa o orçamento a seu bel-prazer. Por exemplo, no lugar da alocação de 20,5 bilhões de nairas para defesa no orçamento de 2001, o Executivo desembolsou 31,4 bilhões. Em outros casos, menos de 50% dos fundos alocados foram desembolsados. Isso

aconteceu em 2000, em 2001 e acontecerá outra vez em 2002. Por quê? Se as receitas orçamentárias não são aplicadas ou se o governo teme agravar a crise de liquidez, isso deve ser informado à Assembléia Nacional.

Em um governo que se esforça para construir uma economia forte, parece estranho a falta de atenção às atuais regulamentações do câmbio. No orçamento, fala-se sobre a estabilização da taxa de câmbio. Porém, o mais relevante é a padronização das regras sobre essa taxa. A existência de duas taxas de câmbio, altamente divergentes, criou enorme especulação bancária com o câmbio, o que gerou riquezas para os bancos, sem nenhum trabalho!

É inútil falar sobre uma maior utilização da capacidade industrial, criar novos empregos, estimular a agricultura e a pequena e média empresa, sem tomar as medidas necessárias para controlar, no mercado interno, o *dumping* por atacado dos produtos manufaturados importados.

Esses produtos são altamente subsidiados, e seus produtores são mais eficientes, como resultado de uma infra-estrutura e de insumos superiores em seus países. Os produtores locais, como não desfrutam de tais facilidades, estão em desvantagem e não conseguem competir. As importações baratas empurram facilmente os produtores nacionais para fora do mercado. Continuar a manter nossas fronteiras abertas a todo tipo de importação em deferência à OMC (Organização Mundial do Comércio), é expor os nigerianos à exploração econômica.

As alocações para o setor agrícola são a maior traição ao povo da Nigéria na proposta orçamentária de 2002. Embora nossa agricultura tenha sido descuidada e esteja em situação muito ruim, ainda contribui com a parcela mais importante do emprego e do PIB (33%). Como um dos objetivos cardeais do orçamento de 2002 é a redução da pobreza, seria lógico esperar que os valores alocados para a agricultura refletissem essa intenção. Ao contrário, o montante destinado ao setor não passa de meros 3,8 bilhões de nairas, cerca de 1/3 do que foi alocado ao elefante branco – o poço sem fundo que é o Projeto de Carteira de Identidade Nacional – algo totalmente inútil para a população nigeriana faminta.

Um sinal adicional de que os nigerianos pobres não terão alívio em 2002 é a intenção do governo de vender petróleo cru para a NNPC⁴ ao preço internacional de US\$ 18 por barril. Isso significa que devemos estar prontos em 2002 para engolir um preço de aproximadamente 40 nairas por litro na bomba de gasolina.

Diante de tudo isso, que pobreza estamos reduzindo? O temor dos gastos de capital demonstra a tendência para a visão econômica "monetarista". Como pessoas que defendem os direitos humanos, não temos nenhum problema em escolher um lado na disputa entre monetaristas e o grupo que defende o Estado de Bem-Estar Social. É simplesmente uma questão de equidade que as pessoas tenham emprego; a inflação pode ser contida. ■

Shelter Rights Initiative
<onyegur@yahoo.com>

4 Em 1971, a Nigéria entrou na Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e, de acordo com as resoluções desta organização, foi criada a Nigerian National Oil Corporation (NNOC) que, em 1977, converteu-se na Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC). Esta paraestatal gigantesca, com todas suas subsidiárias, controla e domina todos os setores da indústria petrolífera do país.